

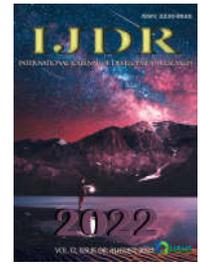


ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research
Vol. 12, Issue, 08, pp. 58459-58461, August, 2022
<https://doi.org/10.37118/ijdr.25165.08.2022>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

VIOLÊNCIA EM SAÚDE DA MULHER E DO RECÉM-NASCIDO: ASPECTOS OBSTÉTRICOS

***¹Maria Carolina Salustino dos Santos; ²Albertina Martins Gonçalves; ³Alessandra Oliveira da Silva; ⁴Allan Victor Assis Eloy; ⁵Anne Karine de Assunção Almeida; ⁶Camila Nascimento Cardoso; ⁷Evelyn Gomes do Nascimento; ⁸Francisco Junio do Nascimento, ⁹Jefferson Allyson Gomes Ferreira, ¹⁰Lídia Faria Teixeira, ¹¹Lutigard Feitosa Rodrigues, ¹²Nathalia Claudino do Nascimento and ¹³Renata Corrêa Bezerra de Araújo**

¹Enfermeira. Especialista em Obstetrícia. Mestre em Enfermagem; ²Doutorado em biotecnologia e inovação pela Anhanguera. Mestre em Unidade de Terapia Intensiva pela SOBRATI. Especialista em Unidade de Terapia Intensiva pela Facene. Especialista em Saúde da Família pela FIP; ³Enfermeira. Faculdade são Camilo. Enfermagem Obstétrica e Estratégica Saúde da Família; ⁴Bacharel em Enfermagem. Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Especialização em Centro Cirúrgico/ CME/ URPA. Geriatria e Gerontologia. Pediatria e Neonatologia; ⁵Enfermeira. Faculdade de Ciências Médicas de Campina Grande/PB; ⁶Enfermeira pela UCB. Mestre em Psicanálise, Saúde e Sociedade pela UVA. Acadêmica em Medicina UNIGRANRIO; ⁷Enfermeira pela Universidade Federal da Paraíba. Residente em atenção à saúde do paciente crítico HULW/UFPB; ⁸Bacharel em enfermagem pela Unijuazeiro. Menstrando em Enfermagem na UFSM. Pós-graduado em Saúde Coletiva com Ênfase em saúde da família. Pós-graduado em Unidade de Terapia Intensiva; ⁹Educador Físico. Centro Universitário de João Pessoa UNIPÊ; ¹⁰Enfermeira. Especialista em Terapia Intensiva. Acadêmica em Medicina. UNIGRANRIO; ¹¹Enfermeiro graduado pela Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Cuidados Paliativos pela Universidade Federal da Paraíba/UFPB; ¹²Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Centro Universitário de João Pessoa; ¹³Enfermeira. Mestre em Obstetrícia. Faculdade Bezerra de Araújo; ¹⁴Enfermeira pela Faculdade Santa Emília de Rodat. Pós-Graduanda em Emergência e Unidade de Terapia Intensiva pela Faculdade de Enfermagem São Vicente de Paula.

ARTICLE INFO

Article History:

Received 20th June, 2022
Received in revised form
16th July, 2022
Accepted 15th July, 2022
Published online 30th August, 2022

Key Words:

Dengue, serotype, Manaus, Amazonas, Brazil

*Corresponding author:

Luis Felipe Alho da Silva

ABSTRACT

A violência obstétrica pode-se mostrar de diversas formas durante o processo da parturição e concepção, desde a não explicação e solicitação de autorização para a realização de procedimentos, até a injúria, exprimida por palavras ofensivas, ou mesmo impedir a mulher de demonstrar os seus sentimentos antes e durante o parto. Tem-se por objetivo analisar produções científicas sobre a violência da mulher e do recém-nascido na obstetrícia. A pesquisa ocorreu nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO); Análise de Literatura Médica (MEDLINE/PUBMED); Web Of Science e Google acadêmico. Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) foram definidos, são eles: Violência; Saúde da Mulher; Recém-nascido; Obstetrícia. O cruzamento desses descritores ocorreu a partir do operador booleano AND. Foi preciso definir os critérios de inclusão, que foram: publicações integrais, gratuitas, relacionadas ao tema, que respondessem ao objetivo, dentro do período de publicação de 2018 a 2022, em português, inglês e espanhol, nas bases de dados selecionadas. Predominaram-se publicações do ano de 2019, no qual todos os estudos citaram que a violência pode ser combatida com a educação em saúde da mulher, ofertando autonomia para as mulheres, para que todas possam identificar os sinais de violência, antes que ela aconteça. É de extrema importância que a formação dos profissionais envolvidos seja mais humana, voltada ao respeito, autonomia, individualidade e privacidade da mulher, tornando-se regra na promoção do parto humanizado.

Copyright © 2022, Maria Carolina Salustino dos Santos et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Maria Carolina Salustino dos Santos; Albertina Martins Gonçalves; Alessandra Oliveira da Silva et al. 2022. "Violência em saúde da mulher e do recém-nascido: aspectos obstétricos", *International Journal of Development Research*, 12, (08), 58459-58461.

INTRODUCTION

A maternidade é percebida por algumas mulheres como o início de novo ciclo, um marco diferencial, que consagra a abrangência do papel feminino, embora a maioria das pacientes a associe com dor intensa e sofrimento, sendo um momento de grande expectativa. Apesar de fisiológico, o trabalho de parto pode sofrer interferência do estado emocional, da cultura, dos valores, da história da parturiente e de fatores ambientais (MIR; GANDOLFI, 2022). Ter um filho é considerado de um modo diferente, uma experiência arriscada, interessante, e dolorosa quando se é acometida a uma violência muitas vezes sem necessidade (MATOSO, 2018). Entende-se por violência obstétrica toda ação praticada pelo profissional de saúde no que cerne ao corpo e aos procedimentos reprodutivos das mulheres, exprimindo por meio de um artifício de parição fisiológicos (BRASIL, 2016). A violência obstétrica pode-se mostrar de diversas formas durante o processo da parturição e concepção, desde a não explicação e solicitação de autorização para a realização de procedimentos, até a injúria, exprimida por palavras ofensivas, ou mesmo impedir a mulher de demonstrar os seus sentimentos antes e durante o parto (MIR; GANDOLFI, 2022). De acordo com a Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher inclui violência física sexual, psicológica, patrimonial e moral (quando há calúnia, difamação ou injúria)1. Além do tráfico de mulheres, configura-se como a exploração sexual, a exploração sexual comercial, o assédio sexual, o assédio moral, o cárcere privado e o feminicídio (BRASIL, 2006). Estudos apontam, que uma em cada quatro mulheres sofrem algum tipo de violência obstétrica durante o parto, e por mais que sejam alarmantes os casos, as mulheres não recebem nenhum tipo de assistência, seja ela psicológica ou legal. São casos tratados como invisíveis aos olhos das autoridades, cuja a escassez nas investigações negligencia a conduta humanizada e equânime que as gestantes deveriam ter. Diante disso, as punições não acontecem, pois, parte das violências ocorridas não é apurada, seja por subnotificação da instituição hospitalar ou pela falta de informação das mulheres que sofreram algum tipo de violência obstétrica (SILVA *et al.*, 2020). Dessa forma, questionou-se: Quais os aspectos obstétricos quanto a violência da mulher e do recém-nascido descritos na literatura atual? Tem-se por objetivo analisar produções científica sobre a violência da mulher e do recém-nascido na obstetria.

MÉTODO

Este estudo foi construído a partir de uma revisão integrativa da literatura, que seguiu as etapas: definição da questão de pesquisa, seleção dos critérios de inclusão e exclusão, busca das publicações, organização e exposição dos resultados. Este estudo é descritivo, qualitativo e exploratório. A pesquisa ocorreu nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO); Análise de Literatura Médica (MEDLINE/PUBMED); Web Of Science e Google acadêmico. Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) foram definidos, são eles: Violência; Saúde da Mulher; Recém-nascido; Obstetria. O cruzamento desses descritores ocorreu a partir do operador booleano AND. Foi preciso definir os critérios de inclusão, que foram: publicações integrais, gratuitas, relacionadas ao tema, que respondessem ao objetivo, dentro do período de publicação de 2018 a 2022, em português, inglês e espanhol, nas bases de dados selecionadas. Foram excluídos: Estudos de teses, dissertações, relatos de experiência e trabalhos de congresso. A busca resultou em 198 publicações sobre o tema. Para a busca das publicações, seguiu-se os passos: verificação temporal, leitura dos títulos, análise dos resumos e leitura integral das publicações. As 198 publicações tiveram os idiomas analisados, e aquelas que possuíam os três idiomas selecionadas foram incluídas, totalizando 125 publicações. Sequencialmente, realizou-se a leitura dos títulos, e na primeira análise, foram excluídas 100 publicações, pois não condiziam com o objetivo deste estudo. Foi realizada uma nova leitura dos títulos, e as 25 publicações restantes seguiram para a análise dos resumos. Os resumos tiveram todos os tópicos lidos minuciosamente, e nesta leitura, foram excluídas 17 publicações, que se tratavam de estudos de revisão integrativa (10), relatos de experiência (3), teses (2) e dissertações (2). As 10 publicações restantes foram lidas integralmente, tópico por tópico do artigo, no qual foi permitido concluir, que as 08 publicações estavam de acordo com a proposta deste estudo. Sendo assim, o corpo de resultados foi construído com 08 publicações sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As publicações foram organizadas em quadro único, contendo: nome dos autores, título, ano de publicação, periódico e os aspectos sobre a violência a mulher e ao recém-nascido.

Quadro 1. Apresentação das publicações relacionadas ao tema:

Autores	Título	Ano de publicação	Periódico	Violência a mulher e ao recém-nascido
SOUSA, E.R. <i>et al.</i>	Violência infantil na assistência ao recém-nascido	2019	Eixos Tech	-Procedimentos desnecessários, como: banho antes das 24 horas, introdução de leite artificial inoportunamente e interrupção da adaptação extrauterina.
SILVA, A.F.P.M <i>et al.</i>	Obstetricviolence related to the loss of autonomy of the woman in the children's room	2021	Research, Society and Development	-A violência pode ocorrer desde o pré-natal; -É possível combater a violência com o conhecimento feminino.
ASSIS, K.G; MEURER, F; DELVAN, J.S.	Repercussões emocionais em mulheres que sofreram violência obstétrica	2021	Psicologia Argumento	-A informação é uma das principais ferramentas para evitar a violência obstétrica.
VIANA, A.L <i>et al.</i>	Violência contra a mulher	2018	Revista de Enfermagem UFPE	-A subnotificação é um problema de saúde pública que dificulta a redução de casos de violência contra a mulher e o recém-nascido.
LEITE, T.H. <i>et al.</i>	Desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica: um desafio para a epidemiologia e a saúde pública no Brasil	2022	Ciência e Saúde Coletiva	-Ainda existem poucos estudos sobre o tema; -A tomada de decisão é baseada em estudos científicos, e a ausência dessas pesquisas dificulta a prática.
OLIVEIRA, M.S.S. <i>et al.</i>	Experiences of obstetric violence experienced by parturients	2019	ABCS Health Sciences	-O medo e a insegurança eram os sentimentos das mulheres ao ir na maternidade; -As mulheres não sabiam identificar a violência obstétrica.
ABREU, C.R; QUINTILIO, M.S.V.	A enfermagem e os desafios para saúde da mulher diante da violência obstétrica	2022	REICEN	-O enfermeiro é um educador em saúde da mulher e do recém-nascido.
LANSKY.S. <i>et al.</i>	Violência obstétrica: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes	2019	Ciência e Saúde Coletiva	-A importância de reconhecer a violência obstétrica; -Intervenções em excesso são formas de violência obstétrica.

Predominaram-se publicações do ano de 2019, no qual todos os estudos citaram que a violência pode ser combatida com a educação em saúde da mulher, ofertando autonomia para as mulheres, para que todas possam identificar os sinais de violência, antes que ela aconteça. É de extrema importância que a formação dos profissionais envolvidos seja mais humana, voltada ao respeito, autonomia, individualidade e privacidade da mulher, tornando-se regra na promoção do parto humanizado. Na década de 60, movimentos feministas vieram à tona para que os direitos das mulheres fossem respeitados. A humanização vem sendo incentivada pelos órgãos de saúde por meio de portarias e decretos que regulamentam e visam melhorar a qualidade da assistência (BRASIL, 2001). A Organização Mundial de Saúde (OMS) enfatiza que o parto é um evento natural que não necessita de controle, mas sim de cuidados. Com base neste entendimento a OMS recomenda uma maior participação do Enfermeiro Obstetra (EO) na atenção ao parto, tomando como referência a ideia de que sua formação é orientada para o cuidado, e não para a intervenção. Assim, dentro desta perspectiva, a Organização Mundial de Saúde ressalta que a enfermagem obstétrica é a categoria profissional mais preparada para a mudança das práticas de violência e consolidação de uma assistência segura ao processo de parto e nascimento (OLIVEIRA; SOUZA, 2021).

A enfermagem, a fim de realizar boas práticas obstétricas e, no intuito de prevenir a ocorrência da violência obstétrica deve: 1 -explicar para a paciente de maneira que ela compreenda o que pode ajudar. 2- evitar procedimentos invasivos, que causem dor e que sejam arriscados, exceto em situações estritamente com indicações. 3- procurar ouvir a paciente e trabalhar em parceria com os colegas e garantir um tratamento ao paciente longe do humilhante. 4 -promover à paciente o direito de acompanhante de sua escolha no pré-natal e parto. 5- garantir o acesso ao leito e uma assistência pautada na equidade. 6- orientar a mulher acerca dos direitos relacionados a maternidade e reprodução. 7 -investir em si mesmo, buscando realizações no seu trabalho e estar em constante atualização (ISMAEL; SOUZA; ESTEVES; AOYAMA, 2020). Nesse contexto, é necessário que os profissionais de enfermagem, além de possuir competência técnica, estejam envolvidas com os aspectos psicológicos e sejam capazes de compreendê-los, oferecendo, assim, necessário suporte emocional à mulher, respeitando sua autonomia, direito de um acompanhante de escolha e garantia de que serão informadas sobre todos os procedimentos a que serão submetidas (ISMAEL; SOUZA; ESTEVES; AOYAMA, 2020). Assim, faz-se necessária a aquisição de profissionais qualificados e comprometidos de forma pessoal e profissional, que recebam a mulher com respeito, ética e dignidade, além de poder incentivá-la a exercer a sua autonomia no resgate de seu papel ativo no processo parturitivo, como também ser protagonista de sua vida e repudiar qualquer tipo de discriminação e violência que possa comprometer os seus direitos de mulher e cidadã (MEDEIROS *et al.*, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que a violência relacionada a saúde da mulher e do recém-nascido ocorre no campo da obstetrícia. O estudo trouxe evidências recentes da literatura atual e contribuiu cientificamente com a temática escolhida para discutir. Um dos principais resultados é a educação em saúde como ferramenta para combater a violência para este dois públicos, pois, no momento em que a mulher possui conhecimento sobre como ocorre a violência, ela passa a identificar e consegue pedir a ajuda ou realizar a denúncia. Percebeu-se a importância dos profissionais de saúde buscarem informações e repassarem estas informações para suas pacientes, quanto a violência. É importante que as pacientes estejam acompanhadas em todo o processo gravídico-puerperal, e que tenha apoio da equipe de saúde. Sendo assim, recomenda-se novos estudos sobre o tema explanado, visando atualizar os profissionais de saúde e melhorar a atuação quanto a prevenção da violência na obstetrícia.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (BR). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, Diário Oficial da União [Internet]. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
- BRASIL. Ministério da Saúde (BR). Nascer no Brasil: Sumário Executivo Temático da Pesquisa. 4ª ed. Brasília; 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n3/14>.
- DA SILVA, Anna Flávia Pereira Moutinho et al. Violência obstétrica relacionada a perda de autonomia da mulher na sala de parto. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 5, p. e22210514814-e22210514814, 2021.
- DE ABREU, Carolina Rocha; QUINTILIO, Maria Salete Vaceli. A enfermagem e os desafios para saúde da mulher diante da violência obstétrica. *Revista de Iniciação Científica e Extensão*, v. 5, n. 1, p. 800-12, 2022.
- DE ASSIS, Karina Goes; MEURER, Fernanda; DELVAN, Josiane da Silva. Repercussões emocionais em mulheres que sofreram violência obstétrica. *Psicologia Argumento*, v. 39, n. 103, p. 135-157, 2021.
- DE SOUZA, Elma Rafaela *et al.* VIOLÊNCIA INFANTIL NA ASSISTÊNCIA AO RECÉM-NASCIDO. *Revista Eixos Tech*, v. 6, n. 1, 2020.
- ISMAEL, F.M.; SOUZA, G.K.R.S.; ESTEVES, N.S.; AOYAMA, E.A. Assistência de enfermagem na prevenção da violência obstétrica. *Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde*. 2020;75-80. Disponível em: <https://revistarebis.rebis.com.br/index.php/rebis/article/view/92/85>
- LANSKY S. *et al.* Violência obstétrica: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes. *Revista ciência e saúde coletiva*, 2019.
- LEITE, Tatiana Henriques et al. Desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica: um desafio para a epidemiologia e a saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, p. 483-491, 2022.
- MATOS, Mariana Gouvêa de; MAGALHÃES, Andrea Seixas; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Violência Obstétrica e Trauma no Parto: O Relato das Mães. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 41, 2021.
- MATOSO, L.M.L. O papel do enfermeiro frente à violência obstétrica. *Revista Eletrônica da FAINOR, Vitória da Conquista*, v.11, n.1, p. 49-65, jan/abr. 2018. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/umtqbc2q5jdtjkhhlhlpzhufm/access/wayback/http://srv02.fainor.com.br/revista/index.php/memorias/article/download/727/393>
- MEDEIROS, R.C.M.; PEREIRA, T.F.; REBOUÇAS, F.J.; DE MEDEIROS, C.C.; LERNADES, A.M.G.; DA SILVA, L.K.A. *et al.* Cuidados de enfermagem na prevenção da violência obstétrica. *Enferm Foco*. 2018; 9(4):60-5.
- MIR, J.R.; GANDOLFI, Q.M. Violência Obstétrica: uma prática invisível na assistência médica da Espanha. *Gaceta Sanitária*. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/gs/2021.v35n3/211-212/>
- OLIVEIRA, A.L.L.S.; SOUZA, D.N.P. Contribuições da enfermagem para prevenção da violência obstétrica. Orientador: Karina Brito da Costa Oglhari. 2021. 20f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, Faculdade de Enfermagem, 2021. Disponível em: <https://dspace.uniceplac.edu.br/handle/123456789/945>
- SILVA, T.M.; SOUSA, K.H.J.F.; OLIVEIRA, A.D.S.; AMORIM, F.C.M *et al.* Violência obstétrica: a abordagem da temática na formação de enfermeiros obstétricos. *Acta Paul Enferm*. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2020AO01466>
- VIANA, A.L *et al.* Violência Contra a Mulher. *Revista de Enfermagem da UFPE Online*, v.12, n.4, 2018.